

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	13
→ ORTOGRAFIA — CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	13
→ ACENTUAÇÃO.....	13
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	14
→ ARTIGO	14
→ ADJETIVO	15
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	18
→ ADVÉRBIO	22
→ PREPOSIÇÃO.....	25
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	27
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	32
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	38
→ CRASE.....	40
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	45
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES — PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.)	50
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	54
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	70
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	73
→ GABARITO	77
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	79
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	79
→ APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO (RECEPÇÃO, REPRISTINAÇÃO, DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO).....	80
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	80
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	81
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	82
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	84
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	85
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	85
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	86

→ PERDA DA NACIONALIDADE	86
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	86
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	86
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	86
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	87
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	87
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	87
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	88
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	88
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	89
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988).....	89
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	89
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	90
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	90
→ DAS REUNIÕES (ART. 57 DA CF/1988)	90
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	90
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988)	90
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	91
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	91
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	92
→ DOS MINISTROS DE ESTADO (ARTS. 87 E 88 DA CF/1988)	92
→ DO CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DA DEFESA NACIONAL (ARTS. 89 A 91 DA CF/1988)	92
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....	92
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	92
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988).....	93
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	93
→ GABARITO	94

DIREITO ADMINISTRATIVO97

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	97
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	97
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	97
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	98
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	98
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	98
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	99
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	99
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	99

→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	100
→ PODER REGULAMENTAR.....	100
→ PODER HIERÁRQUICO	100
→ PODER DISCIPLINAR	100
→ PODER DE POLÍCIA.....	100
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	101
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	101
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	101
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	101
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	101
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	102
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	102
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	102
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	103
→ CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS — LEI Nº 8.987, DE 1995).....	103
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	103
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	104
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	104
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	104
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	104
→ CONTROLE JURISDICIONAL	105
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	105
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	105
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429, DE 1992).....	105
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	106
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	106
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429, DE 1992).....	107
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429, DE 1992).....	107
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784, DE 1999).....	107
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784, DE 1999).....	107
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784, DE 1999).....	108
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	108
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	108
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	108
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	109
→ DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO (ARTS. 56 A 65 DA LEI Nº 9.784, DE 1999).....	109
→ DOS PRAZOS E DAS SANÇÕES (ARTS. 66 A 68 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	109
→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)	109

→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)	109
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	109
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	110
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)	110
→ FASES DA LICITAÇÃO — JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)	110
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	111
→ GABARITO	111

DIREITO ELEITORAL..... 113

→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ELEITORAIS (ARTS. 118 A 121 DA CF/1988)	113
→ CONCEITOS, PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO ELEITORAL	113
→ CONCEITO, AQUISIÇÃO E ESPÉCIES (SUFRÁGIO, VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR). CARACTERÍSTICAS DO VOTO	113
→ CASSAÇÃO, PERDA E SUSPENSÃO DE DIREITOS (ART. 15 DA CF).....	114
→ DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	114
→ DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS.....	114
→ DOS JUÍZES ELEITORAIS.....	114
→ MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	114
→ DAS JUNTAS ELEITORAIS: COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES	114
→ ALISTAMENTO ELEITORAL E DOMICÍLIO ELEITORAL (ARTS. 42 A 81 DO CE).....	114
→ SISTEMAS ELEITORAIS PROPORCIONAL, MAJORITÁRIO E MISTO (ARTS. 83-86 E 106-113 CE, 1º A 5º DA 9.504)	115
→ REGISTRO DOS CANDIDATOS (ART. 87 A 102 DO CE, ART. 10 A 16-B DA 9.504).....	115
→ FINANCIAMENTO DA CAMPANHA ELEITORAL (ARTS. 16-C A 27 DA 9.504)	115
→ PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAMPANHA ELEITORAL (ARTS. 28 A 32 DA 9.504).....	116
→ PESQUISA E TESTES PRÉ-ELEITORAIS (ARTS. 33 A 35 DA 9.504).....	116
→ PROPAGANDA ELEITORAL E DIREITO DE RESPOSTA (ARTS. 36 A 58-A DA 9.504).....	116
→ DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 73 A 78 DA LEI 9.504).....	116
→ FORNECIMENTO GRATUITO DE TRANSPORTE RESIDENTES ZONAS RURAIS (LEI 6.091/1974)	117
→ RECURSOS ELEITORAIS (ARTS. 257 A 282 DO CÓDIGO ELEITORAL)	117
→ AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	117
→ REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....	117
→ ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE (ART 14, §3º A 9º DA CF, 3º DO CE; 1º DA LC 64/90).....	118
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 7º DA LEI 9.096; ART. 17, CAPUT E §1º E 4º, DA CF).....	119
→ CRIAÇÃO E REGISTRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS (ARTS. 8 A 11-A DA 9.096; ART. 17, § 2º DA CF).....	119
→ FUNDO PARTIDÁRIO (ARTS. 38 A 44 DA LEI 9.096; ART. 17, §3º E 5º DA CF).....	119
→ CONCEITOS E HISTÓRIA SOBRE SISTEMA PARTIDÁRIO E REPRESENTAÇÃO POLITICA	119
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DIREITOS POLÍTICOS.....	120
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	121
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE RECURSOS ELEITORAIS.....	121

→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DOS CRIMES ELEITORAIS (ARTS. 289 A 354-A DA LEI Nº 4.737/1965 - CE).....	121
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO PROCESSO DAS INFRAÇÕES (ARTS. 355 A 364 DA LEI Nº 4.737/1965 - CE).....	121
→ GABARITO	121

DIREITO CIVIL.....123

→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)	123
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	123
→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39)	123
→ DISPOSIÇÕES GERAIS — PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	123
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)	124
→ DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69).....	124
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	124
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ART. 79 A 97)	125
→ BENS PÚBLICOS (ARTS. 98 A 103).....	125
→ FATOS JURÍDICOS: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS	125
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)	125
→ DA REPRESENTAÇÃO (ARTS. 115 A 120)	126
→ DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) — ELEMENTOS ACIDENTAIS	126
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	126
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	126
→ DOS ATOS ILÍCITOS (ARTS. 186 A 188)	127
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	127
→ PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 212 A 232).....	127
→ PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL.....	127
→ PRELIMINARES E DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 421 A 435)	127
→ DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS (ARTS. 441 A 446).....	128
→ DA EVICÇÃO (ARTS. 447 A 457).....	128
→ CONTRATO PRELIMINAR (ARTS. 462 A 466)	128
→ DO DISTRATO E DA CLÁUSULA RESOLUTIVA (ARTS. 472 A 475).....	128
→ EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO (ARTS. 476 E 477).....	128
→ DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA (ARTS. 478 A 480)	128
→ DA COMPRA E VENDA (ARTS. 481 A 532)	129
→ DO CONTRATO ESTIMATÓRIO (ARTS. 534 A 537).....	129
→ DA DOAÇÃO (ARTS. 538 A 564)	129
→ DA LOCAÇÃO DE COISAS (ARTS. 565 A 578)	129
→ DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (ARTS. 593 A 609)	129
→ DO MANDATO (ARTS. 653 A 692).....	129
→ DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO (ARTS. 710 A 721).....	129
→ DA FIANÇA (ARTS. 818 A 839)	130

→ VIGÊNCIA DAS LEIS (ART. 1º — PUBLICAÇÃO, VIGOR, VIGÊNCIA, VACATIO LEGIS, CONTAGEM, CORREÇÕES).....	130
→ CONTINUIDADE E REVOGAÇÃO DAS LEIS (ART. 2º — CONTINUIDADE, DERROGAÇÃO, AB-ROGAÇÃO, REPRISTINAÇÃO)	130
→ EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO (ART. 7º A 19 — NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO).....	130
→ SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO (ARTS. 20 A 30).....	130
→ GABARITO	131

DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 133

→ APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15).....	133
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	133
→ DA JURISDIÇÃO (ART. 16).....	133
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	133
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	133
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	134
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107)	134
→ DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES (ARTS. 108 A 112).....	134
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	134
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138).....	134
→ DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ (ARTS. 139 A 143).....	135
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	135
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 182 A 184).....	135
→ DA DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 185 A 187)	136
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	136
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	136
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259).....	136
→ DAS CARTAS (ARTS. 260 A 268).....	137
→ DAS INTIMAÇÕES (ARTS. 269 A 275)	137
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283)	137
→ DO VALOR DA CAUSA (ARTS. 291 A 293).....	137
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311).....	137
→ DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO (ARTS. 312 A 317).....	138
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	138
→ DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO (ART. 332)	138
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	138
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342)	139
→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343)	139
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346).....	139
→ DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO (ARTS. 347 A 353).....	139
→ DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (ARTS. 354 A 357).....	139

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 369 A 380).....	140
→ DO DEPOIMENTO PESSOAL (ARTS. 385 A 388)	140
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	140
→ DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 509 A 512)	140
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)	140
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796).....	141
→ DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909).....	141
→ DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (ART. 910)	141
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008)	141
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....	141
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020)	141
→ DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021)	142
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026)	142
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044)	142
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044)	142
→ LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - LEI Nº 9.099/1995 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	142
→ LEI Nº 13.140/2015 - MEDIAÇÃO	142
→ GABARITO	142

DIREITO PENAL.....145

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 10.028/2000 - INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA CONTRA AS LEIS DE FINANÇAS PÚBLICAS.....	145
→ PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	145
→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	145
→ LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO).....	145
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	146
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	146
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	146
→ DA CONTAGEM DOS PRAZOS (ARTS. 10 E 11 DO CP)	146
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12 DO CP)	146
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	146
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	146
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	147
→ PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO (ART. 8º DO CP).....	147
→ CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....	147
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	147
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	147
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP).....	147
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	147

→ DA PENA DE MULTA (ARTS. 49 A 52 E 58 DO CP).....	148
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 100 A 106 DO CP)	148
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP)	148
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP).....	148
→ MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP)	148
→ FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293 DO CP)	148
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	149
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 DO CP).....	149
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP).....	149
→ USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CP).....	149
→ SUPRESSÃO DE DOCUMENTO (ART. 305 DO CP).....	149
→ FALSA IDENTIDADE (ARTS. 307 A 308 DO CP)	149
→ ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 311 DO CP).....	149
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327 DO CP).....	149
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	150
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....	150
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP)	150
→ EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS (ART. 315 DO CP)	150
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	150
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	150
→ FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 318 DO CP).....	150
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	151
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	151
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	151
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A DO CP).....	151
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	151
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (ARTS. 338 A 359 DO CP).....	151
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	152
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 9.613/1998 - LAVAGEM DE DINHEIRO.....	152
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	153
→ GABARITO	153

DIREITO ELEITORAL

→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ELEITORAIS (ARTS. 118 A 121 DA CF/1988)

1. (CEBRASPE-CESPE – 202) Acerca da justiça eleitoral, da justiça estadual e da advocacia pública, julgue o item subsequente.

Um quinto das vagas dos tribunais eleitorais deve ser preenchido por juízes egressos da advocacia e do Ministério Público, alternadamente.

() CERTO () ERRADO

2. (CEBRASPE-CESPE – 2015) A respeito dos Poderes Legislativo e Executivo e do regime constitucional da administração pública, julgue o item a seguir.

Ao ocupante da Presidência da República compete privativamente nomear, para compor determinado tribunal regional eleitoral, dois juízes escolhidos entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo tribunal de justiça desse estado.

() CERTO () ERRADO

3. (CEBRASPE-CESPE – 2015) Em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue o item subsequente.

Das decisões do Tribunal Superior Eleitoral que negarem habeas corpus e mandado de segurança cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal.

() CERTO () ERRADO

4. (CEBRASPE-CESPE – 2015) Em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue o item subsequente.

Embora os membros da justiça eleitoral sejam inamovíveis, essa garantia não se estende aos integrantes das juntas eleitorais.

() CERTO () ERRADO

5. (CEBRASPE-CESPE – 2014) No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

O tribunal regional eleitoral deve eleger seu vice-presidente entre os juízes federais.

() CERTO () ERRADO

6. (CEBRASPE-CESPE – 2013) Acerca do Poder Judiciário, julgue o item seguinte.

A justiça eleitoral é competente para julgar ação civil pública destinada a apurar ato praticado por prefeito que, no decorrer do mandato eletivo, tenha utilizado símbolo que caracterizasse promoção pessoal na publicidade de obras realizadas pela prefeitura.

() CERTO () ERRADO

→ CONCEITOS, PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO ELEITORAL

7. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Acerca dos princípios do direito eleitoral e dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

De acordo com a CF, a República Federativa do Brasil constituiu-se em Estado democrático de direito, o que estabelece a prevalência inequívoca do princípio da constitucionalidade.

() CERTO () ERRADO

8. (CEBRASPE-CESPE – 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item a seguir.

Tido como princípio basilar do direito eleitoral, e inscrito no texto constitucional, o princípio da eficiência determina que o agente político ou administrador seja 100 % eficiente.

() CERTO () ERRADO

9. (CEBRASPE-CESPE – 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item a seguir.

O princípio da anualidade da lei eleitoral foi consagrado no sistema jurídico brasileiro pela CF, cujo texto pertinente, originalmente, limitava-se a estabelecer que a lei que alterasse o processo eleitoral só entraria em vigor um ano após sua promulgação.

() CERTO () ERRADO

10. (CEBRASPE-CESPE – 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item a seguir.

Introduzida no texto constitucional por meio de emenda, a nova redação do dispositivo que consagra princípio da anualidade da lei eleitoral aperfeiçoou a redação do texto constitucional, ao igualar os conceitos de vigência ou aplicação e de eficácia.

() CERTO () ERRADO

11. (CEBRASPE-CESPE – 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item a seguir.

Entre os princípios norteadores do direito eleitoral brasileiro incluem-se o princípio da igualdade, o princípio do devido processo legal, o princípio da publicidade e o princípio da preclusão ou da eventualidade.

() CERTO () ERRADO

→ CONCEITO, AQUISIÇÃO E ESPÉCIES (SUFRÁGIO, VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR). CARACTERÍSTICAS DO VOTO.

12. (CEBRASPE-CESPE – 202) Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de sessenta anos de idade.

() CERTO () ERRADO

13. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Acerca dos princípios do direito eleitoral e dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

No texto constitucional, os direitos políticos estão vinculados ao exercício da soberania popular, restritos, portanto, aos direitos de votar e de ser votado.

() CERTO () ERRADO

14. (CEBRASPE-CESPE – 2015) Julgue o item subsequente, relativo a alistamento e domicílio eleitoral.

O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para analfabetos, portadores de necessidades especiais, maiores de setenta anos de idade e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos de idade.

() CERTO () ERRADO

→ CASSAÇÃO, PERDA E SUSPENSÃO DE DIREITOS (ART. 15 DA CF)

15. (CEBRASPE-CESPE – 2014) Julgue o item subsequente, relativo aos direitos políticos.

O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado é causa justificadora da perda ou suspensão de direitos políticos.

() CERTO () ERRADO

→ DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

16. (CEBRASPE-CESPE – 2015) Acerca do alistamento eleitoral e da organização da justiça eleitoral, julgue o próximo item.

O Tribunal Superior Eleitoral compõe-se de, no mínimo, sete membros, entre os quais estão dois representantes do Ministério Público Federal.

() CERTO () ERRADO

→ DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

17. (CEBRASPE-CESPE – 201) Em relação à organização e ao funcionamento da justiça eleitoral, julgue o próximo item.

Participa da composição dos tribunais regionais eleitorais um representante do MP.

() CERTO () ERRADO

→ DOS JUÍZES ELEITORAIS

18. (CEBRASPE-CESPE – 201) Em relação à organização e ao funcionamento da justiça eleitoral, julgue o próximo item.

Competem ao juiz eleitoral tanto o registro quanto a cassação do registro de candidato a prefeito.

() CERTO () ERRADO

19. (CEBRASPE-CESPE – 2013) Em relação à organização e ao funcionamento da justiça eleitoral, julgue o próximo item.

O advogado que estiver regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil poderá servir como juiz eleitoral de primeira instância.

() CERTO () ERRADO

→ MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

20. (CEBRASPE-CESPE – 2021)

Com relação à organização, às funções e à atuação do Ministério Público Eleitoral, julgue os itens a seguir.

O regime democrático e o princípio da separação dos poderes restringem a atuação do Ministério Público Eleitoral ao âmbito judiciário, a partir da deflagração do processo eleitoral.

() CERTO () ERRADO

21. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Com relação à organização, às funções e à atuação do Ministério Público Eleitoral, julgue os itens a seguir.

O princípio da independência funcional veda ao procurador geral da República acumular encargos próprios do procurador-geral eleitoral.

() CERTO () ERRADO

22. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Com relação à organização, às funções e à atuação do Ministério Público Eleitoral, julgue os itens a seguir.

Define-se promotor eleitoral como o promotor de justiça integrante do Ministério Público estadual que atua perante os juizes eleitorais e as juntas eleitorais nas eleições municipais.

() CERTO () ERRADO

23. (CEBRASPE-CESPE – 2015)

Acerca do alistamento eleitoral e da organização da justiça eleitoral, julgue o próximo item.

O procurador-geral de justiça do Distrito Federal (DF) e dos territórios tem a atribuição de atuar como procurador-geral perante o Tribunal Superior Eleitoral e pode indicar outros procuradores em exercício no DF para auxiliá-lo.

() CERTO () ERRADO

→ DAS JUNTAS ELEITORAIS: COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

24. (CEBRASPE-CESPE – 2015) Acerca do alistamento eleitoral e da organização da justiça eleitoral, julgue o próximo item.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os órgãos da justiça eleitoral são: o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais, os juizes eleitorais e as juntas eleitorais.

() CERTO () ERRADO
